

Conferência Magna do presidente do CNJ e do STF, ministro Luís Roberto Barroso, em 27/10/2023, no Encontro nacional de gestores de leitura em ambientes prisionais

Muito boa tarde a todos.

Eu tenho muito prazer, muita honra de estar aqui na Biblioteca Nacional e de ser acolhido pelo seu presidente, o grande acadêmico, o grande intelectual que é Marco Lucchesi. Um linguista, homem que presidiu a Academia Brasileira de Letras, que honra a cultura brasileira e é uma sorte que, nesse momento de começo e, eu diria, de quase restauração da vida cultural brasileira, ele possa estar à frente da Biblioteca Nacional. É um luxo para o país ter uma pessoa como o senhor dirigindo a Biblioteca Nacional. É simbolicamente muito importante para o Brasil.

Eu gosto de lembrar de uma frase do Jorge Luis Borges, em que ele dizia que o paraíso é uma espécie de biblioteca, de modo que, para quem gosta de ler, para quem vive uma vida intelectual, há uma simbologia imensa em nós estarmos aqui na divulgação desse censo nacional de prática de leitura no sistema prisional. Pode parecer uma gota d'água, mas a vida é feita de muitas gotas d'água, que vão se somando e formando rios caudalosos que deságuam no oceano.

Apenas para dar uma ideia da dimensão, da importância desse projeto, nos últimos poucos anos, nós passamos de 46 mil pessoas que obtinham a remissão da pena pela leitura para mais de 250 mil, o que é uma coisa muito expressiva e muito significativa. De modo que é um prazer e uma honra estar aqui discutindo essa questão que é uma das questões mais delicadas e difíceis da vida brasileira, que é como lidar com o sistema prisional, como lidar com as pessoas que entraram em conflito com a lei e que acabam precisando ser segregadas. E como não desumanizá-las ou como não fazer com que elas saiam desse processo punitivo, que acaba sendo, muitas vezes, inevitável que elas saiam piores do que entraram.

É disso que nós estamos tratando aqui: como fazer pessoas que se desconstruíram na vida poderem se reencontrar e voltar à vida em sociedade, em melhores condições do que quando saíram. O sistema prisional brasileiro é talvez um dos temas mais difíceis e complexos e uma das maiores violações de direitos humanos que ocorrem no Brasil. Tanto que o Supremo Tribunal Federal, em decisão recente, entendeu que há um estado de coisas incondicional no sistema penitenciário.

Quando se diz que há um estado de coisas incondicional, quer-se dizer que não é uma falha pontual e sim uma massiva violação de um conjunto de direitos e cuja superação exige um esforço coletivo e prolongado. Não há solução mágica, não há bala de prata. A gente tem que ter paciência e ir empurrando a história na direção certa com a velocidade possível. E é um tema muito desconhecido das pessoas em geral.

Preciso confessar o meu próprio desconhecimento quando comecei a me interessar por esse assunto e eu conversava com o grande especialista do Conselho Nacional de Justiça, que é o juiz Luís Geraldo Lanfredi, que está aqui conosco e que é um dos grandes responsáveis por esse projeto. Eu disse pra ele: a gente precisava ter água quente nos presídios, porque, sobretudo no sul do país, é um frio danado e as pessoas têm que tomar banho frio. Ele me olhou com um ar de perplexidade e disse assim: primeiro, precisa ter água, ministro. Então, é pior do que parece.

Então, nós fomos fazendo uma listinha de como começar do básico até chegar ao mais civilizado. O básico começa com água. Não é com água quente, mas com água, alguma água, porque tem

lugares que tem 15 minutos de água por dia e quando tem e isso evidentemente desumaniza as pessoas. O segundo item da nossa lista era esgotamento sanitário para que as pessoas não fiquem em um ambiente totalmente fétido.

Em seguida, ou talvez até antes, alimentação mínima. As pessoas definham de fome, com comida estragada e de má qualidade. Aí, depois entrou na lista a água quente. Então, a água quente é a quarta. Portanto, é apenas para dizer que essas são pessoas totalmente abandonadas e esquecidas num submundo que acaba por embrutecê-las e, portanto, se o Estado priva essas pessoas de liberdade, tem o dever de dar a essas pessoas o mínimo de acolhimento. E aqui, presidente e prezados amigos, há um ponto que é muito importante de salientar para conquistar corações e mentes, eu diria, para o projeto de humanização e civilização dos presídios: é que nós estamos falando, por evidente, de direitos humanos mínimos dos presos.

O preso foi condenado à privação de liberdade. Ele não foi condenado a passar fome, ele não foi condenado a ser violentado, ele não foi condenado a viver em um ambiente fétido. Portanto, em primeiro lugar, existe essa obrigação que todos nós devemos a cada um, que é o respeito e a consideração mínimos: se chama respeito aos direitos humanos.

Mas há uma outra motivação muito importante para as pessoas se preocuparem com o sistema prisional: é que do sistema prisional as pessoas voltam para a sociedade. As pessoas cumprem um ano, dois anos, três anos, cinco anos e depois voltam, e evidentemente se esse sistema tornar essas pessoas piores, a sociedade está fazendo mal para si mesma, aumentando o nível de reincidência ou embrutecendo essas pessoas.

Além do que, por circunstâncias diversas e difíceis de enfrentar, a deficiência do sistema prisional está na origem da formação das organizações criminosas e das facções, que são mecanismos de autoproteção das pessoas que ingressam no sistema e que hoje em dia se tornaram grandes empresas de criminalidade, gestadas das deficiências do sistema prisional. Portanto, é uma questão de direitos humanos sim, mas também é uma questão de interesse da sociedade de enfrentar um ambiente que realimenta a criminalidade e traz mais insegurança ainda para todos nós.

As pessoas que vão para o sistema penitenciário, evidentemente foram condenadas. Aplicou-se a elas o direito penal, aplicou-se uma pena privativa de liberdade. Na teoria penal, a pena tem alguns papéis específicos, ela cumpre algumas funções no universo jurídico. A primeira, talvez a menos louvável, mas um pouco parte da nossa circunstância humana, é a retribuição. É você procurar de alguma forma infligir um dano proporcional aquele que ele causou à sociedade ou a vítima, mas esse é o papel menos importante.

O segundo papel é o que a gente chama de prevenção geral. O risco real da aplicação da pena faz com que muitas vezes as pessoas não cometam crimes: é isso o que nós chamamos de prevenção geral. Em terceiro lugar, há o que nós chamamos de prevenção especial: é impedir que aquela pessoa especificamente volte a delinquir. Mas há uma finalidade muito importante na pena, que está associada ao nosso tema de hoje, que é a ressocialização.

As pessoas que vão para o sistema penitenciário são pessoas que se desconstruíram na vida, que entraram em conflito com a lei. Se foram presas, entraram em um conflito de alguma gravidade com a lei e, portanto, a prisão envolve um esforço de fazer com que essa pessoa possa se reencontrar e não se perder definitivamente, como muitas vezes é o que o sistema penitenciário faz. Portanto, nós temos esse compromisso de fazer com que o cumprimento da pena não desumanize a pessoa, não faça com que ela fique pior ainda. Esse não é um projeto de vingança. Esse é um projeto de recuperação, na medida do possível. Portanto, o Estado não

pode privar uma pessoa da sua liberdade para torná-la pior. O nosso papel é fazer com que ela saia de lá melhor do que entrou.

E agora passando para o casamento que nós queremos fazer entre o sistema prisional e a leitura, que é valorizar a educação. E nós todos sabemos que a educação é o que faz diferença na vida das pessoas: 57% dos internos no sistema penitenciário, presidente, não cumpriram, não completaram o Ensino Fundamental. Portanto, há uma conexão direta entre baixa escolaridade e presença no sistema prisional. E, portanto, a coisa mais importante que se pode fazer num país para combater a criminalidade e combater o encarceramento é investir em educação, em educação básica, que é a coisa mais importante que um país pode fazer pelos seus filhos. Dar educação básica de qualidade desde a primeira idade e, com isso, nós não precisaremos aumentar vagas no sistema penitenciário.

Porém, nós temos um problema ocorrendo agora no sistema e que nós temos evidentemente que lidar com ele. Mas, a verdade é que a deficiência na educação faz vidas menos iluminadas, faz trabalhadores menos produtivos e faz elites menos preparadas também. De modo que a educação deve ser uma obsessão em um país como o Brasil. O ministro da Educação me visitou um dia desses no meu gabinete e eu disse para ele: para mim, o seu cargo é o cargo mais importante do país. Ele me respondeu: o senhor precisa convencer os outros disso.

Então, faz parte do processo de convencimento dizer que a educação é a coisa mais importante que está acontecendo em um país como o Brasil. E a leitura, que é o nosso tema específico, é um componente básico da educação e formação das pessoas. Ensinar os jovens desde a primeira idade a gostarem de livros, a gostarem da leitura. Se forem antigos como eu, gostam de pegar no livro, sentir o cheiro, ver se a diagramação é bonita. Os jovens já não estão mais tão ligados nessa relação física que a gente tem com os livros, mas a relação intelectual já está de bom tamanho.

Eu dou aula no primeiro período, dou aula no primeiro, segundo, terceiro e quarto períodos na Faculdade de Direito da UEFA, que é a minha profissão. Eu estou ministro do Supremo, mas eu sou professor. Dou aula regularmente até hoje e, na primeira aula, eu digo para eles: eu vou dar três conselhos para vocês: o primeiro, leiam, o segundo, leiam muito, leiam de tudo, porque é isso que torna a vida mais colorida e o universo se amplia imensamente pela leitura. E eu digo para eles, e não leiam só Direito, porque quem sabe só Direito não sabe nem direito, a gente tem que ter uma compreensão na vida de uma maneira geral. E depois eu faço algumas sugestões, Machado, Pessoa. Capaz de me dar menos aborrecimento que lá na minha repartição. Machado, Pessoa, Caetano, Chico, Dostoiévski por evidência, eu mando ler Mafalda também, mas não sei se você considera isso uma heresia. A vida tem que ser vivida com bom humor também, na medida do possível.

E porque a educação e a capacidade de leitura, eleva a ampliação da cultura das pessoas. Há uma frase boa do Einstein que diz que a imaginação pode mais do que o conhecimento, e se a gente somar a imaginação com o conhecimento a gente viaja pelo mundo, viaja pelos planetas, viaja pelo universo. Portanto, nós estamos falando aqui de um esforço de aumentar o universo de pessoas que não tiveram oportunidade, que não puderam viver essa apreciação que nós estamos aqui celebrando nesse ambiente e que podem sempre redescobrir a vida, redescobrir novos caminhos.

Evidentemente, na vida, quando você consegue somar o interesse público com o interesse privado, é o ideal. Portanto, para motivar essas pessoas há um instituto jurídico chamado remição da pena. Pela leitura, a pessoa interna, a pessoa encarcerada pode diminuir o número de dias que irá permanecer presa, isso chama-se remição da pena e, portanto, pelo Direito

brasileiro, a cada livro que o interno lê ele reduz em quatro dias a sua permanência na prisão até um máximo de 48 dias por ano, mas reduz em mais de um mês e meio por ano se ele se dedicar à leitura.

Portanto, nós estamos falando nesse momento de um censo que visa apurar e estimular os internos do sistema penitenciário brasileiro a lerem, não apenas para se aprimorarem como para terem novas oportunidades fora da prisão, como também para diminuir o tempo que permanecerão presos.

Evidentemente o sistema penitenciário é um ambiente extremamente complexo, não imagine uma biblioteca com estantes alinhadas, não é bem disso que nós estamos falando. Nós estamos falando de pequenos cantinhos com uma quantidade de livros, mas na vida não ter o ótimo não quer dizer que a gente deva desprezar o que é possível. E acho que a gente está começando a entrar num tempo, eu falo isso com um, não vou dizer ressentimento, mas com uma certa tristeza, mas nós estamos entrando no tempo do Kindle e, portanto, para bem e para mal já é mais fácil você proporcionar uma biblioteca sem que isso ocupe e exija espaço físico que custa dinheiro e que exigiria outras providências logísticas.

De modo que, conversava com o Lanfredi, nós estamos elaborando um plano para o sistema prisional no Conselho Nacional de Justiça e no Ministério da Justiça, mas de incentivar, presidente, a doação de Kindles e de obras, porque isso simplificará imensamente e como há muitos casos de analfabetismo, inclusive de analfabetismo funcional, há uma distribuição de audiobooks e o estímulo às pessoas que fazem rodas de leitura e leem para os presos.

Portanto, existem muitas possibilidades de nós investirmos energia e eu falei, falando com o Lanfredi, não é só livro, embora livro seja muito bom, outros tipos de entretenimento cultural, de filme, de teatro, de esporte, coisas que reumanizem as pessoas para não ficarem o tempo inteiro ociosas em um ambiente deteriorado e evidentemente quem está em um ambiente deteriorado e ocioso não está pensando em coisas muito boas.

A gente tem que oferecer as coisas boas para essas pessoas. De modo, presidente Marcos Lucchesi, são essas algumas ideias, eu não vou aborrecer ninguém com um monte de estatísticas que eu tenho aqui. O censo é um volume tanto que eu devia ter trazido aqui para impressionar todo mundo. Mas foi um trabalho muito bem feito, muito elaborado e eu aqui não queria tomar mais tempo do que já tomei.

Eu tinha um professor muito querido, o José Carlos Barbosa Moreira, que também era um homem que escrevia primorosamente bem. Ele dizia assim, discursos convém que sejam poucos, se possível, bons e, em qualquer caso, breves. Portanto, eu vou aqui concluir. É claro que muitas pessoas veem isso com muito ceticismo ou então vão achar que é uma ideia ingênua nós lançarmos esse tipo de projeto e fazermos esse tipo de esforço.

A primeira coisa que eu perguntaria a essas pessoas é: que alternativa vocês nos oferecem? Que não seja tentar reumanizar essas pessoas um pouco, resgatá-las, para que muitas vezes se reencontrem consigo próprias e descubram uma própria espiritualidade dentro delas. Nós estamos falando do sistema penitenciário, de 650 mil pessoas. Somos a quarta maior população carcerária do mundo. E claro que muitas dessas pessoas infelizmente terão se perdido completamente. Mas há muita gente que podemos recuperar, que podemos trazer. E, portanto, eu acho que se nós conseguíssemos recuperar uma, dez, 100 mil, já teremos feito uma grande vantagem. Kantianamente todas as pessoas são um fim em si mesmas. E, portanto, se você recuperar uma, você já fez bem para a humanidade. Portanto, nós estamos falando aqui de não se ter, nesse mundo, a arrogância das vidas que deram certo.

A gente tem que ter empatia e compaixão pelos que se perderam e tentar trazê-los para a vida que nós celebramos viver. E eu gosto de lembrar, presidente, uma frase boa do Mandela e com ela eu termino aqui, a importância que a gente tem na vida dos outros que dá a importância das nossas vidas. Muitíssimo obrigado por nos acolher aqui na Biblioteca Nacional